

TATIANA DE OLIVEIRA STOCO

Personalidade
DO AGENTE NA FIXAÇÃO DA PENA

Prefácio

MIGUEL REALE JÚNIOR

THOMSON REUTERS
REVISTA DOS
TRIBUNAIS™

**PERSONALIDADE DO AGENTE
NA FIXAÇÃO DA PENA**

Tatiana de Oliveira Stoco



© desta edição [2014]

EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA.

MARISA HARMIS
Diretora responsável

Visite nosso site: www.rt.com.br
CENTRAL DE RELACIONAMENTO RT
(atendimento, em dias úteis, das 8 às 17 horas)
Tel. 0800.702.2433

e-mail de atendimento ao consumidor: sac@rt.com.br

Rua do Bosque, 820 – Barra Funda
Tel. 11 3613.8400 – Fax 11 3613.8450
CEP 01136-000 – São Paulo, SP, Brasil

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfílmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos, do Código Penal), com pena de prisão e multa, conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

Impresso no Brasil [08-2014]

Profissional

Fechamento desta edição: [29.07.2014]



ISBN 978-85-203-5429-2

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	9
PREFÁCIO – AFINCO E CORAGEM	11
INTRODUÇÃO.....	17

CAPÍTULO I

A SUBJETIVAÇÃO DO DIREITO PENAL

1. Antecedentes da Antropologia Criminal.....	21
1.1 Criminologia Positivista, Antropologia Criminal e suas Influências no Direito Penal	27
1.1.1 A Escola Criminológica Positivista italiana	27
1.1.2 A Criminologia Positivista na França	30
1.1.3 A Criminologia Positivista na Espanha	31
1.2 O Conceito de Periculosidade e as Medidas de Segurança	34
1.2.1 O conceito de Enrico Ferri	34
1.2.2 O conceito de Jiménez de Asúa	37
1.3 A Escola da Defesa Social	41
1.3.1 O pensamento de Filippo Gramatica.....	41
1.3.2 A Nova Defesa Social e o pensamento de Marc Ancel	49
1.4 A influência do positivismo criminológico e da defesa social nas legislações e no pensamento jurídico-penal	52

CAPÍTULO II

A SUBJETIVAÇÃO DA LEGISLAÇÃO PENAL BRASILEIRA

2. A influência do positivismo criminológico e das ideias de defesa social na legislação e no pensamento jurídico-penal brasileiros.....	59
2.1 Legislação penal brasileira. Esforço histórico	62
2.1.1 Projeto Galdino Siqueira	64

2.1.2	Projeto Virgílio de Sá Pereira	67
2.1.3	Projeto Alcântara Machado	71
2.1.4	O Código Penal de 1940	75
2.1.5	O Código Penal de 1969	80
2.1.6	A Lei 6.416/1977	84
2.1.7	A Reforma da Parte Geral de 1984	86
2.1.8	O Projeto de Lei 3.473/2000	89
2.1.9	O Projeto de Lei 236/2012	90
2.2	Algumas conclusões	91

CAPÍTULO III

INDIVIDUALIZAÇÃO JUDICIAL DA PENA

3.	O perfil do art. 59 do Código Penal	95
3.1	A subjetividade como característica marcante do modelo brasileiro ...	99
3.2	A individualização da pena no modelo brasileiro	103
3.3	A necessidade de racionalização do processo de determinação judicial da pena	104
3.4	Alguns modelos teóricos europeus sobre as teorias da determinação da pena	106
3.4.1	Teoria da proporcionalidade pelo fato ou da pena proporcional ao fato	106
3.4.2	Teoria do valor de emprego	112
3.4.3	Teoria do espaço de jogo ou da margem de liberdade	115
3.4.4	Teoria da pena exata ou pontual	119
3.4.5	O sistema dogmático de determinação da pena de Silva Sánchez	120
3.4.6	O sistema normativo de determinação da pena de Patricia Ziffer	122
3.4.7	A prevalência das finalidades de prevenção geral positiva ou a teoria da moldura de prevenção de Anabela Miranda Rodrigues	124
3.5	Critérios e princípios na graduação da pena	126
3.5.1	Culpabilidade e gravidade do injusto	127
3.5.2	Critérios subjetivos e sua ligação com o fim de prevenção especial positiva	137
3.6	Personalidade do agente	144

CAPITULO IV
PERSONALIDADE DO AGENTE
E FIXAÇÃO DA PENA

4.	O estudo da personalidade criminosa	147
4.1	O posicionamento da doutrina jurídico-penal brasileira	150
4.2	Acepções do termo e critérios de aferição segundo a jurisprudência brasileira	158
4.2.1	Personalidade como sentimentos e valores morais negativos ...	160
4.2.2	Personalidade como expressão do modo de ser, do comportamento pessoal e da conduta de vida	162
4.2.3	Personalidade e antecedentes	165
4.2.4	Outros critérios	167
4.3	Legitimidade da consideração da personalidade como critério judicial de individualização da pena	170
4.4	“Condições pessoais do réu”: uma significação restritiva possível ..	175
4.4.1	O modelo espanhol	175

CAPITULO V
CONCLUSÕES

5.	Perspectivas de mudanças: o fim do discurso subjetivista.....	179
----	---	-----

CAPITULO VI
JURISPRUDÊNCIA SISTEMATIZADA

6.	Jurisprudência sistematizada.....	181
6.1	Conceito de personalidade.....	181
6.2	Crítérios de aferição	182
6.2.1	Antecedentes criminais.....	182
6.2.2	Antecedentes criminais e personalidade. Bis in idem	183
6.2.3	Condenações anteriores.....	183
6.2.4	Fatos posteriores ao delito	183
6.2.5	Habitualidade	184
6.2.6	Processos em andamento	185
6.2.7	Qualidades morais do agente	186
6.2.8	Quantidade de droga apreendida	186
6.3	Crítérios de interpretação	186
6.3.1	Agressividade.....	186

6.3.2	Conduta.....	187
6.3.3	Condições pessoais.....	187
6.3.4	Índole.....	188
6.3.5	Expressão do caráter.....	188
6.3.6	Sentimentos e valores negativos.....	188
6.4	Fundamentação inidônea.....	189
6.5	Legitimidade.....	189
6.5.1	Avaliação leiga pelo juiz.....	189
6.5.2	Para aumentar a pena.....	190
6.5.3	Para diminuir a pena.....	191

CAPITULO VII

LEGISLAÇÃO CONSULTADA

7.	Legislação penal consultada.....	193
7.1	Legislação penal brasileira.....	193
7.1.1	Projeto de Código Penal de Virgílio de Sá Pereira.....	193
7.1.2	Projeto de Código Penal de Alcântara Machado.....	193
7.1.3	Código Penal de 1940 (Dec. 2.848/1940).....	194
7.1.4	Projeto de Código Penal de Nelson Hungria de 1963.....	195
7.1.5	Código Penal de 1969 (Dec.-lei 1.004/1969).....	196
7.1.6	Lei 6.416/1977 (Altera dispositivos do Código Penal, do Código de Processo Penal da Lei de Contravenções Penais e dá outras providências).....	197
7.1.7	Lei 7.209/1984 (Reforma da Parte Geral do Código Penal de 1940).....	197
7.1.8	Projeto de Lei 3.473/2000.....	198
7.1.9	Projeto de Lei 236/2012.....	198
7.2	Legislação penal estrangeira.....	199
7.2.1	Código Penal português.....	199
7.2.2	Código Penal alemão.....	199
7.2.3	Código Penal espanhol.....	200
7.2.4	Código Penal argentino.....	201

REFERÊNCIAS E BIBLIOGRAFIA

REFERÊNCIAS.....	203
BIBLIOGRAFIA.....	206